EDITORIAL: 40 ANOS DE TERRA LIVRE

Lorena Izá Pereira
Seção Local Presidente Prudente - SP

Eduardo Karol
Seção Local Niterói - RJ

André dos Santos Baldraia Souza
Seção Local Porto Alegre - RS

Carolina Russo Simon
Seção Local Presidente Prudente - SP

Resumo:
Expressa a opinião da Coordenação de publicações sobre a conjuntura no momento da publicação do número da Terra Livre, bem como expõe os avanços da gestão que agora se encerra e elenca desafios que estão por vir.

Palavras-chave: Publicação, Periódico, Terra Livre, AGB.

Este trabalho está licenciado com https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/

Neste ano, ao lançarmos o número 66 da *Terra Livre*, comemoramos quatro décadas de publicações ininterruptas. Para além da manutenção do fluxo editorial, o que celebramos é a consolidação da revista *Terra Livre* como espaço de divulgação da produção geográfica nacional, marcado pela pluralidade temática e pela diversidade de abordagens teóricas, sempre pautadas por uma ciência crítica e comprometida com a sociedade.

A *Terra Livre* foi criada a partir de um projeto da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), em um contexto no qual se avaliava que a entidade estava voltada para si mesma e pouco preocupada em atender às demandas da sociedade (Editorial, ano 1, n. 1, 1986). Assim, a *Terra Livre* surge com um propósito: ser um dos espaços de interlocução da AGB com a sociedade. Em 1986, o projeto editorial definido para a *Terra Livre* tinha como propósito "veicular artigos que manifestem compromissos com as lutas da sociedade", assim como tratar "sobre questões mais gerais e diretamente relacionadas com os principais problemas enfrentados pela sociedade brasileira".

Ao longo desses quarenta anos, atravessamos, como sociedade, como Brasil, como ciência, como Geografia e como AGB, diferentes tempos e contextos. Contudo, esse projeto editorial foi mantido. Reconhecemos e agradecemos a todas as editoras e editores que, por quatro décadas, mantiveram a *Terra Livre* em consonância com as pautas da sociedade, da Geografia e com as transformações nos modos de comunicação e de publicação científica. Isso se expressa tanto nos artigos publicados ao longo de sua trajetória quanto nas políticas e nos debates editoriais promovidos pela revista.

Como forma de preservar e celebrar a memória de sua trajetória, apresentamos, ao final deste editorial, uma lista com todas(os) as(os) editoras e editores que, ao longo de sua história,

dedicaram seu trabalho e compromisso à Terra Livre. A cada uma e a cada um, que em diferentes momentos contribuíram para a construção e consolidação da revista, registramos nosso reconhecimento e agradecimento. É também por meio dessas trajetórias e contribuições que a Terra Livre se constitui e se projeta no presente e no futuro.

Passamos do número impresso, com submissão e avaliação de artigos realizadas em papel, para o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER) e, posteriormente, para o Open Journal Systems (OJS), digitalizando todo o processo editorial, mas mantendo a centralidade da avaliação por pares e do trabalho humano na editoração. O *Digital Object Identifier* (DOI) passou a fazer parte da realidade dos periódicos, assim como as ferramentas de identificação de similaridade textual, os conhecidos "caça-plágios". Os índices e as formas de avaliação se modificaram ao longo do tempo, cada vez mais centrados em métricas: inicialmente, na quantidade de artigos publicados e, posteriormente, nas citações, com o foco em quantificar aquilo que, em grande medida, não é quantificável: o impacto científico.

Toda essa mudança técnica e informacional, que podemos considerar também como parte das transformações nas formas de fazer ciência, trouxe mudanças estruturais para o processo de editoração científica e para o universo dos periódicos. Quando a *Terra Livre* foi criada, havia dez periódicos de Geografia no Brasil, dos quais três estavam vinculados a Seções Locais da AGB. Hoje, identificamos 140 revistas brasileiras de Geografia vinculadas a universidades — departamentos, programas de pós-graduação e grupos de pesquisa — e a associações científicas. Isso sem mencionar

as publicações internacionais e aquelas classificadas como predatórias.

Nesses quarenta anos, o contexto editorial mudou profundamente. A *Terra Livre* acompanhou essas transformações, porém, em cada um dos 61 números publicados, manteve seu propósito de ser um canal de diálogo entre a Geografia, a AGB e a sociedade. A *Terra Livre* só conseguiu manter esse propósito ao longo de quatro décadas porque possui um projeto editorial e porque sua pauta de publicação é discutida no âmbito de sua estrutura editorial, em diálogo com a conjuntura.

Temos claro que nosso objetivo não é ser a revista mais citada, apresentar o maior índice bibliométrico, alcançar o maior fator de impacto ou estar indexada na maior quantidade de bases. Nosso objetivo é ser um espaço no qual a Geografia possa olhar criticamente para a sociedade (e para ela mesma), inclusive para as próprias formas de fazer ciência. Na *Terra Livre*, entendemos que a ciência não deve ser desenvolvida com o propósito de ter sua avaliação posteriormente convertida em uma métrica.

Este número também encerra o biênio 2024–2026 da Diretoria Executiva Nacional (DEN). Nesse período, os debates sobre publicação científica foram intensos: o "fim do Qualis-CAPES" e as mudanças no processo de avaliação dos periódicos no Brasil; o avanço acelerado das ferramentas de Inteligência Artificial; as normativas sobre ética, como a Política de Integridade na Atividade Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), instituída pela Portaria nº 2.664, de 6 de março de 2026; e o debate sobre os comitês de ética em pesquisa nas Ciências Humanas, conduzido, sobretudo, pelo Fórum de Ciências Humanas, Sociais, Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes (FCHSSALLA).

Nesses dois anos de gestão, o Coletivo de Publicações trouxe pautas que foram além da publicação dos números regulares da *Terra Livre* e de todo o processo de editoração que os envolve. O coletivo revisou e atualizou as políticas editoriais; atribuiu DOI a todos os arquivos publicados pela *Terra Livre* desde 1986, todos disponíveis atualmente em formato digital; levou pautas relacionadas às publicações para as Reuniões de Gestão Coletiva (RGC) da AGB; além de organizar os fóruns de editores e editoras realizados durante o XXI Encontro Nacional de Geógrafas e Geógrafos (XXI ENG), em julho de 2026.

Consideramos que a principal contribuição desta gestão foi promover o diálogo entre as revistas da AGB, as Seções Locais e os periódicos de Geografia, de modo mais amplo, sobre a importância política da publicação científica. Foram publicadas notas técnicas e criado um grupo de trabalho formado por Seções Locais da AGB, que organizou as *Orientações para a Promoção da Ética na Produção Científica em Geografia* e elaborou o *Manifesto da Geografia pela Ética na Publicação Científica*, ambos publicados em 2025. Mais do que reunir orientações destinadas aos diferentes públicos envolvidos no processo editorial — como editores e editoras, autores e autoras, avaliadores e avaliadoras e leitores e leitoras —, os documentos promovem reflexões sobre questões que afetam cotidianamente a atividade editorial e a pesquisa científica. O manifesto foi divulgado e debatido pela comunidade geográfica e constitui um primeiro passo diante de um debate urgente, atual e dinâmico sobre as publicações científicas, especialmente em um contexto no qual tudo tende a ser metrificado.

Ao mesmo tempo em que reconhecemos os avanços alcançados, avaliamos que os desafios da *Terra Livre* permanecem e,

em alguns casos, renovam-se diante das transformações no campo da publicação científica. Entre eles, destacam-se as mudanças nos processos de avaliação e classificação dos periódicos; a centralidade assumida pelos indexadores, tanto na avaliação quanto na divulgação da produção científica; as mudanças nos processos de avaliação dos programas de pós-graduação, que, por sua vez, repercutem diretamente nos periódicos; a construção de um fórum permanente de editores(as) de Geografia, conforme aprovado no Fórum de Editores(as) realizado durante o XXI ENG; a inovação cotidiana das ferramentas de Inteligência Artificial e sua incorporação ao debate sobre a publicação científica; a construção de uma política de sucessão de editores(as); e os debates sobre os formatos de publicação, incluindo uma pergunta quase filosófica: o que é inédito?

A publicação científica, assim como todo o processo que a envolve, não se resume a "apertar um botão" em um sistema atualmente digitalizado. Trata-se, sobretudo, de um processo político, coletivo e permanente, que não diz respeito apenas àqueles e àquelas que editam revistas. Envolve autores(as), avaliadores(as), agências de fomento, departamentos e programas de pós-graduação, mas também aqueles e aquelas que leem, citam e fazem circular o conhecimento científico — professores(as), pesquisadores(as) e estudantes. Pensar a publicação científica significa, portanto, pensar também as relações, os sujeitos e as instituições que participam da produção, da avaliação, da circulação e da apropriação do conhecimento. É uma tarefa da sociedade.

A gestão 2024–2026 se encerra, mas a *Terra Livre* e a pauta das publicações científicas na AGB continuam. O Grupo de Trabalho de Publicações mantém suas atividades e pautas, e a *Terra Livre*

mantém o compromisso estabelecido em seu primeiro editorial: "Geografia para desvendar a dinâmica da sociedade". E isso inclui uma Geografia capaz de desvendar as formas pelas quais a ciência é produzida, divulgada e comunicada.

Este número 66 é composto por 15 artigos que empregam metodologias diversas e variadas perspectivas teóricas e tratam dos mais diferentes temas, os textos envolvem desde posições e proposições epistemológicas e educacionais aos debates ambientais e às questões urbanas.

O artigo de Crocetti, partindo da obra de Milton Santos e tecendo diálogo com autores de outros campos do saber, como Paul Virilio e Michel Foucault, sugere que vivenciamos um novo período, o do meio técnico-científico-cognitivo-algorítmico. Neste novo contemporâneo, a aceleração temporal e a realidade mediada pelos algorítmica confluem e concorrem para intervir na psicosfera, produzindo novas condições para captar a atenção, a percepção e a cognição coletivas que, ao transcender a dimensão físico-reticular, resultam na *neuroterritorialização*.

Já Luquez, ao refletir sobre o ensino do planejamento Urbano-Regional e Metropolitano, numa perspectiva geográfica, apresenta e avalia algumas referências teórico-metodológicas acerca do assunto e aponta as perspectivas pedagógicas indispensáveis à compreensão da questão metropolitana. Salienta que as teorias clássicas continuam capazes de explicar a urbanização contemporânea, o fazem, todavia de modo insuficiente ante os conteúdos e as dinâmicas que conformam o processo nos tempos atuais, daí a necessidade de acompanhar continuamente as produções nesta área.

Barros, por sua vez, analisa as normas e regulamentos relativos ao setor de resseguros, serviço que, em última instância, visa garantir que as seguradoras reduzam ou eliminem os riscos de perdas. Embora esta atividade tenha surgido no Brasil em meados da década de 1930, ganhou um novo desenho na Constituição de 1988. Ao analisar os trinta anos seguintes, a autora mostra como, gradativamente, o Estado foi perdendo a primazia, sendo menos efetivo e incapaz de garantir o interesse público nas funções regulatórias no setor. Assim, a despeito da grande importância regional e global, também nesta seara, o território brasileiro passa à condição de receptáculo de normas externas que, em regra, divergem do interesse nacional.

Reis, em seu texto, realiza uma revisão da literatura buscando tecer um diálogo entre janelas de aspiração, que são individuais, e as estruturas territoriais, cujas condições para sua reprodução, são espacial e socialmente determinadas. Dado que as frações territoriais não possuem equipamentos urbanos e serviços semelhantes, o que se tem é um quadro material que reproduz desigualdades. Ao adicionar a sua abordagem as questões ideológica e discursiva, a reflexão une as dimensões material e imaterial para sustentar como ambas, em conjunto, agem para manter as estruturas sociais e territoriais do modo como elas estão.

Silva avalia como o mesmo território que se mostra poroso às atividades financeiras é árido e contraditório para as bicicletas, veículo que contém e carrega em si as contradições da mobilidade, ao tempo em que contemplam o discurso da liberdade e da fluidez para alguns, expressa também a escassez de condições para quem só as tem como meio de transporte e, por vezes, de trabalho plataformizado. Tal situação une o cidadão que, mediado por

plataformas estrangeiras e financeirizadas, tem condições econômicas de comprar uma refeição que será entregue por outro cidadão que, muitas vezes, sobrevive dos rendimentos obtidos da circulação sobre os pneus de uma bicicleta.

Casemiro *et. al.* analisaram as diretrizes socioambientais e as bases sob as quais foi elaborado o Planejamento Espacial Marinho (PEM). Avaliam que se trata de uma proposta que é capaz de prover mecanismos de gestão sustentável dos recursos no espaço marítimo. Salientam, que, para maior eficácia do plano, é imperativo a implementação de ações de educação ambiental que promovam o cuidado com o ambiente marinho e sustentam que a participação ativa e plena dos atores locais, especialmente os pescadores artesanais é essencial para a efetividade das propostas de mediação de conflitos concernentes aos espaços de pesca, onde muitas disputas são travadas.

A discussão sobre a educação está presente e é central no texto de Weyn que traça paralelos entre a obra de Milton Santos e a notória série coreana Round 6. O autor sustenta que os ambientes da série, como o dormitório coletivo, os corredores monitorados e as salas dos VIPs expressam uma forma de organização espacial específica. Ao abordar as características da ilha onde os jogos acontecem, referencia-se em Edward Relph e Marc Augé, e a compreende como um não lugar, construído para reforçar determinadas relações de poder e exclusão. A desigualdade social e o endividamento expostos na série são reveladores da mercantilização da vida contemporânea e dialogam, mais precisamente, com a ideia de globalização perversa expressa no livro por uma outra globalização.

Pequeno, em seu escrito, propõe o conceito de *bixaria* que se refere às ações das bixas - categoria que tem o condão de transcender e nuançar os limites e as fronteiras de gênero, sexo, raça e sexualidade. O cerne da *bixaria* são as estratégias e as táticas de disputa, apropriação e ressignificação de territórios que devem ser, constantemente, avaliados com as corporeidades e não para as corporeidades envolvidas. O autor sustenta que, ao se reterritorializar, as bixas demandam, antes, uma reconstituição para si, visando superar a outridade previamente imposta, para então, tornar-se sujeito. Se, em princípio, o termo *bixarias* parece voltar-se apenas a um grupo, afirma-se que a reflexão proposta é mais abrangente, e contribui para a reflexão a respeito das diversas subjetividades dissidentes das normas sociais, sejam elas de gênero, sexualidade e/ou de raça.

Os textos de Silva, Souza, Barbosa, Martins *et. al* e de Grandi *et. al.,* por caminhos diferentes, tratam das contradições presentes no espaço urbano contemporâneo e tratam de segmentos mais vulneráveis da população, tais como os povos indígenas, a população negra e população periférica.

O estopim da análise de Silva, neste momento em que se discute o ocaso do petróleo, é uma explosão ocorrida no polo petroquímico de Capuava, distrito de Mauá, na região metropolitana de São Paulo. Ao refinar o petróleo e o gás e realizar o processamento químico de seus derivados em área densamente povoada expõe-se uma parcela da população aos perigos, males e incertezas gerados por este ramo industrial, atributos que interferem na reprodução social da vida de quem habita o seu entorno. A manutenção desta situação sintetiza as contradições da produção do espaço na economia capitalista e evidencia como se naturaliza e se aceita que pessoas

podem ser sacrificadas em prol de benesses econômicas, financeiras e corporativas, dado que as empresas ali instaladas fazem parte do circuito econômico superior.

Souza reflete sobre o Parque das Tribos, ocupação localizada na zona oeste de Manaus. Esta comunidade, a exemplo de outras localidades, resiste, se reorganiza e, historicamente, se reterritorializa ante o avanço da cidade e ao fazê-lo reafirma as territorialidades indígenas urbanas como parte constitutiva da produção do espaço na Amazônia. Tal compreensão é um aspecto central, pois a lente analítica mais comum, em geral externa, é a que focaliza a comunidade a partir das lógicas da periferização, da informalidade e/ou da vulnerabilidade, o que evidencia a persistência de estruturas de interpretação que invisibilizam a história e a constante presença indígena como fator originário e constitutivo do próprio território.

Martins *et. al.* analisam o município de Petrolina (PE) a partir da lógica marxista e buscam revelar as contradições inerentes ao crescimento econômico de um município médio e interiorano do nordeste do país, inserido tardiamente no mercado internacional. Trata-se de uma análise que demonstra como a ocorrência de crescimento econômico, tal qual verificado no município nas últimas décadas, não resulta em melhorias para toda a cidade. Pelo contrário, os autores retratam como as contradições se materializaram na paisagem urbana. Nesse sentido, a escolha do Vale do São Francisco como espaço privilegiado para a recepção de investimento econômico para o desenvolvimento da produção agrícola comercial, voltado ao mercado internacional, demonstra que longe de reduzir a pobreza, o que vem ocorrendo é a manutenção da concentração econômica e de poder, reiterando um quadro em que se verifica, simultaneamente, a

acumulação de benesses nas poucas mãos que conseguiram se inserir na economia global, e a socialização das mazelas para muitas pessoas e nas mais diversas partes da cidade.

Baseando-se nos escritos de Henri Lefebvre e nos estudos das relações raciais e dos clubes sociais negros, Barbosa realiza uma análise das práticas de sociabilidade da comunidade e de produção do espaço urbano pela comunidade negra de Ituiutaba, em Minas Gerais. Ao abordar o Palmeira Clube, tradicional clube negro, por sua localização é possível apreender elementos de segregação espacial e, por seus sócios e frequentadores, verifica-se a segregação racial. Ainda assim, o espaço não se resume apenas a esses atributos, pois era onde a comunidade negra reunia-se e podia desenvolver performances sociais, celebrar conquistas e realizar atividades culturais, assistenciais e políticas. Ao longo de sua longa trajetória, desde meados dos anos 1940 até 2010, quando encerrou suas atividades, o clube testemunhou as desigualdades socioespaciais do município e constituiu-se como ponto de encontro, de afirmação e da participação da comunidade, evidenciando as instituições negras como produtoras de espaço, memória, sociabilidade e direito à cidade.

O último artigo de autoria de Grandi *et. al.* trata de analisar uma situação comum a diversas cidades brasileiras: o comércio ambulante. Tendo como referência o Rio de Janeiro, os autores encaram o comércio ambulante não como um problema ou uma disfunção regulatória, mas como um ativo territorial, mantido pelo poder público, na medida em que a existência de espaços que congregam trabalhadores informais, assegura ao governo mecanismos relacionais em que se imbricam relações políticas de clientelismo, de um lado, e, perseguição, de outro e resultam numa condição espacial em que o ente público joga com a possibilidade de

repressão física e discursiva, ao turno em que mantém um regime e um espaço onde o Estado busca se afirmar, mas não assegura estabilidade jurídica, nem direitos e tampouco assume as responsabilidades inerentes a esta condição. Em suma, compreender a anormalidade da situação em que o comércio ambulante está envolvido é um modo de evidenciar um quadro de coisas que concorre para fortalecer as lutas por justiça social e pelo direito à cidade.

LISTA DE EDITORES E EDITORAS: TERRA LIVRE 40 ANOS

Gestão	Coletivo de Publicação
1984-1986	Diamantino Alves Correia Pereira (AGB São Paulo)
1986-1988	José William Vesentini (AGB São Paulo) Maria das Graças de Lima (AGB Londrina)
1988-1990	Bernardo Mançano Fernandes (AGB Presidente Prudente) Ewerton Vieira Machado (AGB Aracaju)
1990-1992	Wagner Costa Ribeiro (AGB São Paulo) Eliseu Savério Sposito (AGB Presidente Prudente)
1992-1994	Arlete Moysés Rodrigues (AGB São Paulo) Nahylson Marcelino Brandão Rodrigues (AGB Belém)
1994-1996	Carlos Augusto de Amorim Cardoso (AGB João Pessoa) Nelson Garcia Pedroso
1996-1998	Anézio Rodriguez (AGB Bauru) Marcos Antônio Campos Couto (AGB Niterói) Douglas Santos (AGB São Paulo) Lourenço Magnoni Junior (AGB Bauru) Charlles da França Antunes (AGB Niterói)
1998-2000	Sérgio Martins (AGB São Paulo)
2000-2002	Bernardo Mançano Fernandes (AGB Presidente Prudente) Eliseu Savério Sposito (AGB Presidente Prudente)
2002-2004	Eliseu Savério Sposito (AGB Presidente Prudente) Denise Elias (AGB Fortaleza)
2004-2006	Maria Geralda de Almeida (AGB Goiânia) Renata Medeiros de Araújo Rodrigues (AGB São Paulo)
2006-2008	Antonio Thomaz Junior (AGB Presidente Prudente) Ana Paula Maia Jansen (AGB Rio Branco) José Alves (AGB Rio Branco) José Messias Bastos (AGB Florianópolis) Sônia M. R. P. Tomasoni (AGB Salvador)

2008-2010	Edvaldo César Moretti (AGB Dourados) Alexandre Bergamin Vieira (AGB Presidente Prudente)
2010-2012	Claudinei Lourenço (AGB Belo Horizonte) Paulo César Scarim (AGB Vitória) Hindenburgo Francisco Pires (AGB Rio de Janeiro)
2012-204	Claudio Ubiratan Gonçalves (AGB Recife) Charlles da França Antunes (AGB Niterói)
2014-2016	Renato Emerson do Santos (AGB Rio de Janeiro) André Pasti (AGB Campinas)
2016-2018	Renato Emerson do Santos (AGB Rio de Janeiro) Lara Schmitt Caccia (AGB Porto Alegre)
2018-2019	Lorena Izá Pereira (AGB Presidente Prudente) Ana Claudia Giordani (AGB Rio de Janeiro)
2019-2020	Rachel Facundo (AGB Fortaleza) Maria Clara Salim Cerqueira (AGB Belo Horizonte) Lorena Izá Pereira (AGB Presidente Prudente)
2020-2023*	Rachel Facundo Vasconcelos (AGB Fortaleza) Maria Clara Salim Cerqueira (AGB Belo Horizonte) Lorena Izá Pereira (AGB Presidente Prudente)
2023-2024	Eduardo Karol (AGB Niterói) Maria Clara Salim Cerqueira (AGB Belo Horizonte) Rogata Del Gaudio (AGB Belo Horizonte)
2024-2026	Carolina Russo Simon (AGB Presidente Prudente) André dos Santos Baldraia Souza (AGB Porto Alegre) Eduardo Karol (AGB Niterói) Lorena Izá Pereira (AGB Presidente Prudente)